



Anais da Assembléia

Nº 43

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 18 DE ABRIL DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgard Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duilio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Reny Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05; Angelo Vanhoni - Pércles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 28ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 1996
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Senhores Deputados Techy Filho e Nelson Garcia.

As dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Pueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Pelinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Peto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Neroni, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pêricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Possoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1078

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais embasado no artigo 185 do Regimento Interno desta Casa de Leis REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 140/96, que estabelece a fixação de fotos e identificação de crianças desaparecidas nos ônibus intermunicipais cuja concessão e a permissão sejam do Estado; para o que, pede apoio de seus pares.

Sala das Sessões, em 18.04.96.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 1070

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 18.04.96.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1079

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER retirada, por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 017/96, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que institui o Programa de Incentivo de Emprego ao Menor Aprendiz.

Sala das Sessões, em 18.04.96.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1066

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, Voto de Congratulações e Aplausos ao Município de Guaratuba, pelo transcurso de seus 225 anos de emancipação política.

Requer, outrossim que da decisão da Casa, dê-se ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, José Ananias dos Santos, ao Vice-Prefeito Senhor Celso Nascimento Cordeiro, assim como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Guaratuba.

Sala das Sessões em, 18.04.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que toda a população de Guaratuba irá comemorar seus 225 anos de emancipação política dia 29 de abril/96.

Pelo trabalho diuturno, pela constante dedicação, toda a população de Guaratuba é digna do nosso respeito e admiração, pois com muita garra e espírito de luta vêm contribuindo para o desenvolvimento cada vez maior de seu município.

Na constante busca de melhores dias estarão edificando uma sociedade mais justa e mais humana. Portanto, na significativa data do aniversário de Guaratuba toda a população é credora do nosso reconheci-

mento e admiração.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, renova sua gratidão à toda a população de Guaratuba, na certeza de que continuarão com a mesma garra o importante trabalho para o desenvolvimento cada vez acentuado do município.

REQUERIMENTO N° 1067

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente oficial aos Excelentíssimos Senhores Pedro Malan, Digníssimo Ministro da Fazenda (Esplanada dos Ministérios - Bl P - CEP 70048-900) e Paulo Cezar Ximenes, Presidente do Banco do Brasil (Setor Bancário Sul - Bloco A - CEP 70073-900) no sentido de que seja mantida a tradição do Banco do Brasil em relação à escolha do representante dos funcionários no Conselho de Administração da empresa.

Para não comprometer a conquista democrática dos trabalhadores brasileiros, em particular dos funcionários do Banco do Brasil, reivindicamos a V.Exa. para que seja acatada a decisão do voto democrático de quase 100 mil eleitores.

A forma de se fazer isso, a mais fácil e correta medida é a nomeação do mais votado entre todos os trinta e cinco candidatos concorrentes neste 2° turno. Após o crivo democrático do 1° turno, onde eram centenas os concorrentes, o funcionalismo, de forma consciente e crítica deu sua posição, escolheu quem deseja que o representante no GAREF, cabe a V. Exa. coroar de êxito este processo, com a nomeação do mais votado.

De aprovado requer ainda, seja comunicado aos Senhores Valmir Marques Camilo e Italo José Vitorino Junior, Presidente e Diretor de Relações Externas e Parlamentares da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, respectivamente (Edifício Belvedere - Grupo 402 - CEP 70770-000 - Brasília - DF).

Sala das Sessões, em 18.04.96.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 1073

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Ministra da Indústria e Comércio, Dorotéia Werneck, sugerindo a definição, por aquele Ministério, de um percentual de fabricação de carros à álcool no País para atender a frota de táxis, e desta forma, fortalecer o PROÁLCOOL.

Sala das Sessões, em 18.04.96.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O Programa Proálcool, implantado no Brasil a partir da crise internacional do petróleo, representa para o país e para o mundo uma alternativa de combustível que já provou ser mais econômica e capaz de livrar as Nações do jugo do petróleo e seus produtores.

No Brasil, a cultura de cana-de-açúcar entrou numa nova fase com o desenvolvimento do PROÁLCOOL.

Dívidas de usineiros à parte, através deste programa milhares de trabalhadores rurais estão empregados nas lavouras de cana, por todo o país. É preciso manter o emprego destas pessoas, além de estimular os usineiros que estão em dia com seus financiamentos, incentivando o PROÁLCOOL.

Uma forma de incentivo, aproveitando os subsídios que os motoristas de táxis usufruem, é determinar, por este Ministério afeto à questão, que parte da fabricação de veículos à álcool no Brasil seja destinada para suprir a frota taxista.

A categoria teria então que, à medida em que for trocando de veículo, comprar obrigatoriamente um que seja movido a álcool, garantindo a sustentação e viabilidade do PROÁLCOOL, e o emprego dos trabalhadores rurais que estão nas lavouras de cana-de-açúcar.

Uma outra sugestão é no sentido de que os táxis, à medida que sejam renovados, usem obrigatoriamente veículos quatro portas.

A idéia é oferecer mais segurança, comodidade e conforto para os passageiros.

REQUERIMENTO N° 1068

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energia, Faimundo Mendes de Brito, sugerindo a definição, por aquele Ministério, de um percentual de fabricação de carros à álcool no País para atender a frota de táxis, e desta forma, fortalecer o PROÁLCOOL.

Sala das Sessões, em 18.04.96.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O Programa Proálcool, implantado no Brasil a partir da crise internacional do petróleo, representa para o país e para o mundo uma alternativa de combustível que já provou ser mais econômica e capaz de livrar as Nações do jugo do petróleo e seus produtores.

No Brasil, a cultura de cana-de-açúcar entrou numa nova fase com o desenvolvimento do PROÁLCOOL.

Dívidas de usineiros à parte, através deste programa milhares de trabalhadores rurais estão empregados nas lavouras de cana, por todo o país. É preciso manter o emprego destas pessoas, além de estimular os usineiros que estão em dia com seus financiamentos, incentivando o PROÁLCOOL.

Uma forma de incentivo, aproveitando os subsídios que os motoristas de táxis usufruem, é determinar, por este ministério afeto à questão, que parte da fabricação de veículos à álcool no Brasil seja destinada para suprir a frota taxista.

A categoria teria então que, à medida em que for trocando de veículo, comprar obrigatoriamente um que seja movido a álcool, garantindo a sustentação e viabilidade do PROÁLCOOL, e o emprego dos trabalhadores rurais que estão nas lavouras de cana-de-açúcar.

REQUEPIMENTO N° 1069

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira, sugerindo a definição, por aquele Ministério, de um percentual de fabricação de carros à álcool no País para atender a frota de táxis, e desta forma, fortalecer o PROÁLCOOL.

Sala das Sessões, em 18.04.96.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O Programa Proálcool, implantado no Brasil a partir da crise internacional do petróleo, representa para o país e para o mundo uma alternativa de combustível que já provou ser mais econômica e capaz de livrar as Nações do jugo do petróleo e seus produtores.

No Brasil, a cultura de cana-de-açúcar entrou numa nova fase com o desenvolvimento do PROÁLCOOL.

Dívidas de usineiros à parte, através deste programa milhares de trabalhadores rurais estão empregados nas lavouras de cana, por todo o país. É preciso manter o emprego destas pessoas, além de estimular os usineiros que estão em dia com seus financiamentos, incentivando o PROÁLCOOL.

Uma forma de incentivo, aproveitando os subsídios que os motoristas de táxis usufruem, é determinar, por este ministério afeto à questão, que parte da fabricação de veículos à álcool no Brasil seja destinada para suprir a frota taxista.

A categoria teria então que, à medida em que for trocando de veículo, comprar obrigatoriamente um que seja movido a álcool, garantindo a sustentação e viabilidade do PROÁLCOOL, e o emprego dos trabalhadores rurais que estão nas lavouras de

cana-de-açúcar.

REQUERIMENTO N° 1075

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Cássio Taniguchi, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, solicitando a implantação do Projeto Paraná 12 Meses, no Município de Irati, na área de construção de moradias na zona rural.

Através deste Programa, as famílias beneficiárias poderão construir novas moradias com água, energia elétrica e instalações sanitárias, isto é, em condições adequadas e terão uma área de terreno destinada à produção de alimentos para autoconsumo, cujos excedentes serão vendidos.

Sala das Sessões, em 18.04.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1071

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Senhora Fani Lerner, Digníssima Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a implantação do "Projeto Linha do Ofício", no Município da Lapa.

Sala das Sessões, em 18.04.95.

(a) ALBANOR GOMES

JUSTIFICATIVA:

O Projeto Linha do Ofício, que oferece cursos de iniciação profissional para jovens com idade a partir de 14 anos, vem ao encontro dos interesses do município, tendo em vista que criará oportunidade ao cidadão de baixa renda, conseguir uma profissão, através de cursos de informática, datilografia, corte e costura, cabelereiro, eletricitista, culinária, auxiliar de escritório e outros.

Além disso, o "Projeto Linha do Ofício", desenvolve trabalhos sócio-educativos, que proporcionam o desenvolvimento pessoal do aluno e o exercício de sua cidadania.

Nesse sentido, ao viabilizarmos o acesso a um aprendizado profissional, estaremos contribuindo para a elevação da renda de muitas famílias paranaenses, criando condições de igualdade para todos.

REQUERIMENTO N° 1072

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Senhora Fani Lerner, Digníssima Secretária de Estado da Criança

e Assuntos da Família, solicitando a implantação do "Projeto Linha do Ofício", no Município de Ivaí.

Sala das Sessões, em 18.04.95.

(a) ALBANOR GOMES

JUSTIFICATIVA:

O Projeto Linha do Ofício, que oferece cursos de iniciação profissional para jovens com idade a partir de 14 anos, vem ao encontro dos interesses do município, tendo em vista que criará oportunidade ao cidadão de baixa renda, conseguir uma profissão, através de cursos de informática, datilografia, corte e costura, cabelereiro, eletricitista, culinária, auxiliar de escritório e outros.

Além disso, o "Projeto Linha do Ofício", desenvolve trabalhos sócio-educativos, que proporcionam o desenvolvimento pessoal do aluno e o exercício de sua cidadania.

Nesse sentido, ao viabilizarmos o acesso a um aprendizado profissional, estaremos contribuindo para a elevação da renda de muitas famílias paranaenses, criando condições de igualdade para todos.

REQUERIMENTO N° 1074

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Senhora Fani Lerner, Digníssima Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a implantação do "Projeto Linha do Ofício", no Município de Contenda.

Sala das Sessões, em 18.04.95.

(a) ALBANOR GOMES

JUSTIFICATIVA:

O Projeto Linha do Ofício, que oferece cursos de iniciação profissional para jovens com idade a partir de 14 anos, vem ao encontro dos interesses do município, tendo em vista que criará oportunidade ao cidadão de baixa renda, conseguir uma profissão, através de cursos de informática, datilografia, corte e costura, cabelereiro, eletricitista, culinária, auxiliar de escritório e outros.

Além disso, o "Projeto Linha do Ofício", desenvolve trabalhos sócio-educativos, que proporcionam o desenvolvimento pessoal do aluno e o exercício de sua cidadania.

Nesse sentido, ao viabilizarmos o acesso a um aprendizado profissional, estaremos contribuindo para a elevação da renda de muitas famílias paranaenses, criando condições de igualdade para todos.

REQUERIMENTO N° 1076

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Senhora Fani Lerner, Digníssima Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a implantação do "Projeto Linha do Ofício", no Município de Mandirituba.

Sala das Sessões, em 18.04.95.

(a) ALBANOR GOMES

JUSTIFICATIVA:

O Projeto Linha do Ofício, que oferece cursos de iniciação profissional para jovens com idade a partir de 14 anos, vem ao encontro dos interesses do município, tendo em vista que criará oportunidade ao cidadão de baixa renda, conseguir uma profissão, através de cursos de informática, datilografia, corte e costura, cabelereiro, eletricitista, culinária, auxiliar de escritório e outros.

Além disso, o "Projeto Linha do Ofício", desenvolve trabalhos sócio-educativos, que proporcionam o desenvolvimento pessoal do aluno e o exercício de sua cidadania.

Nesse sentido, ao viabilizarmos o acesso a um aprendizado profissional, estaremos contribuindo para a elevação da renda de muitas famílias paranaenses, criando condições de igualdade para todos.

REQUERIMENTO N° 1077

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Senhora Fani Lerner, Digníssima Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a implantação do "Projeto Linha do Ofício", no Município de Quitandinha.

Sala das Sessões, em 18.04.95.

(a) ALBANOR GOMES

JUSTIFICATIVA:

O Projeto Linha do Ofício, que oferece cursos de iniciação profissional para jovens com idade a partir de 14 anos, vem ao encontro dos interesses do município, tendo em vista que criará oportunidade ao cidadão de baixa renda, conseguir uma profissão, através de cursos de informática, datilografia, corte e costura, cabelereiro, eletricitista, culinária, auxiliar de escritório e outros.

Além disso, o "Projeto Linha do Ofício", desenvolve trabalhos sócio-educativos, que proporcionam o desenvolvimento pessoal do aluno e o exercício de sua cidadania.

Nesse sentido, ao viabilizarmos o acesso a um aprendizado profissional, estaremos contribuindo para a elevação da renda de muitas famílias paranaenses, criando condições de igualdade para todos.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 141/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a Creche Estrada de Damasco, com sede a Rua Irati s/n, no Município de Tapira.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.04.96

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede a Rua Irati s/n, na cidade de Tapira, foi constituída em 04.10.70, tem caráter filantrópico, sem fins lucrativos, por tempo indeterminado, sem distinção de raça, cor, condição social, credo político ou religioso.

A Creche Estrada de Damasco foi organizada com a finalidade especial de atender as crianças carentes em regime de semi-internato, priorizando as crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, prestando atendimento alimentar, pré-escolar, médico, odontológico e laboratorial. As crianças recebem quatro refeições diárias, banho e higienização completa. Na área da educação a creche desenvolve programas pré-escolar e maternal, executados por professores devidamente habilitados. Na área da saúde as crianças são encaminhadas periodicamente ao centro de saúde a fim de realizarem exames para controle e acompanhamento do seu desenvolvimento, ao tempo em que as mães são orientadas quanto as normas de higiene, puericultura e práticas alimentares. Também são desenvolvidas atividades na área esportiva, recreativa, lazer e cultural.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78 que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e o trabalho da entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI N° 142/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica criado o Pólo de Desenvolvimento Econômico da Microrregião do Norte do Paraná, constituído pelos Municípios de Assaí, Bandeirantes, Congonhinhas, Cornélio Procopio, Curiúva, Itambaracá, Jataizinho, Leopoldina, Nova América da Colina, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Pancho Alegre, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Mariana, Santo Antonio do

Paraíso, São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira, Sapopema, Sertaneja e Uraí, tendo como sede o município de Cornélio Procopio.

Art. 2° - O Pólo terá como objetivo planejar, estimular e implementar o desenvolvimento econômico da Microrregião, integrando a agricultura, o comércio e a indústria, bem como as ações do Poder Público estadual e municipal.

Art. 3° - Considerando as finalidades desta lei, poderão ser concedidos incentivos, de natureza fiscal ou financeira, que possibilitem novos investimentos e empreendimentos na Microrregião.

Art. 4° - O Pólo terá um Conselho de Desenvolvimento Econômico, de caráter consultivo e deliberativo, composto por um representante de cada uma das seguintes Secretarias de Estado: Planejamento e Coordenação Geral; Agricultura e Abastecimento; Ciências, Tecnologia e Ensino Superior; Emprego e Relações do Trabalho; Fazenda; Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico; seis representantes das Prefeituras Municipais; três representantes das entidades de classe do empresariado e três representantes das entidades de classe dos trabalhadores.

Art. 5° - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 6° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.04.96

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

A vinda da fábrica da Renault para o Paraná representará, se concretizados os diferentes investimentos anunciados, uma importante mudança no perfil econômico do Estado, especialmente de sua região sul, expressando um salto no nosso desenvolvimento industrial.

É preciso que o conjunto das regiões do Paraná acompanhem este passo adiante, incrementando o seu desenvolvimento econômico. Que deve integrar os diferentes aspectos que marcam nossa economia, seja a, indústria, o comércio ou a agricultura.

Ao propormos a criação do Pólo de Desenvolvimento Econômico da Microrregião do Norte do Paraná estamos apresentando um modelo de planejamento que permita ao Poder Público, seja estadual ou municipal, a adoção de medidas que estimulem novos investimentos e novos empreendimentos, à se-

melhança do que ocorreu com a vinda da Renault. Desta forma, incorporamos estas e outras iniciativas adotadas com este objetivo, colocando-nos à frente - no caso o Estado, o Poder Público - como agentes promotores do desenvolvimento.

Nossa proposta inclui a participação da sociedade civil, através dos representantes dos empresários e dos trabalhadores, no processo de planejamento e tomada de decisões.

Confiamos poder contar com o apoio e a contribuição dos Senhores Deputados, inclusive tendo como perspectiva a adoção de modelos de Pólos de Desenvolvimento Econômico nas demais regiões do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 143/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Sindicato Rural de Contenda, com sede e foro no Município de Contenda.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.04.96.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato Rural de Contenda foi criado há mais de uma década para representar os interesses da categoria e colaborar com o Poder Público para solução dos problemas relativos ao trabalho do homem do campo.

Durante todo esse tempo os objetivos do sindicato foram cumpridos e é por isso que pedimos o apoio dos nobres Deputados para a aprovação do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

PFL. PTB. PMDB. PT. PPB. PDT. PSDB.

(Declinam).

Liderança do Governo.

Com a palavra, o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho à tribuna, para dizer da satisfação que vivemos desde ontem, quando juntamente com o Presidente da Casa, Deputado Anibal Khury, participamos da reunião que resolveu em parte - graças a Deus - a situação dos policiais militares.

Todos sabem, há dias, o Clube dos Oficiais, as entidades representativas das classes policiais militares, vinham se reunindo e propondo, até, chegar ao extremo de uma paralisação no Estado do Paraná,

o que seria de um prejuízo incalculável: a segurança do cidadão paranaense.

E nesta semana, desde a última segunda-feira, tenho participado de inúmeras reuniões, juntamente com o Chefe da Casa Civil, Secretário Giovanni Gionédís; com o Secretário da Segurança Pública, Cândido Manuel Martins de Oliveira; com o Secretário da Fazenda, Miguel Salomão; com o Secretário do Planejamento, Cássio Taniguchi; procurando encontrar uma forma, uma saída para atendimento a nossa gloriosa Polícia Militar do Estado do Paraná, à qual temos um carinho muito grande, porque pudemos ter uma projeção na nossa vida, inicialmente de comunicador, graças ao nosso trabalho, a nossa convivência junto à Polícia Militar do Estado do Paraná.

E ontem, desde manhã praticamente dentro do Palácio Iguazu - à tarde também - enquanto tínhamos aqui as Sessões normais, estávamos lá discutindo o assunto e procurando encontrar uma solução. E graças a Deus chegamos a um denominador comum.

Claro que ainda não é - nós reconhecemos e o Governo reconhece isso - o essencial para a Polícia Militar. Para que pudéssemos hoje reconhecer o trabalho dos PM's, para que pudéssemos hoje solucionar o problema salarial da Polícia Militar, teríamos que dispendir na ordem de aproximadamente 18 milhões de reais, e esse dinheiro o Governo não tem.

Foi encontrada uma alternativa, Deputado Ângelo Vanhoni, nesse sentido. E ontem, o Deputado Anibal Khury - que agora chega a Casa - lá estivemos e ajudamos nesse debate, ajudamos a encontrar um caminho e uma solução pacífica para atender os policiais militares.

Em tese, a proposta colocada inicialmente pela Polícia Militar ao Governo, era de que fosse colocado em cinco meses, até o final do ano, que esses 10 milhões de reais fossem distribuídos em cinco parcelas à Polícia Militar. O Governo fez entender que era impossível atender dessa maneira essa reivindicação. O Governo propunha fazer esse parcelamento em 30 vezes. Ponderamos também, tanto eu como o Deputado Anibal Khury, que seria muito difícil que a Corporação viesse aceitar essa proposta de 10 milhões em 30 vezes. Conseguimos baixar para 20, chegamos a 18 e no último instante, quando fizemos um apelo, dizendo que havia um risco muito grande de a Assembléia da Polícia Militar não aceitar também as 18 parcelas, em função de que tínhamos várias informações de movimentos de mulheres de militares que iriam se postar diante dos portões dos quartéis dos batalhões, impedindo a saída dos militares, que poderiam ocorrer fatos que não seriam interessantes para a imagem política do Governo do Estado.

E neste apelo, pedi ao Governador que baixasse então para 15 prestações, para que 15 parcelas atendessem a reivindicação. Quer dizer, as 5 da Polícia não foi possível, mas foi possível atender o parcelamento em 15 meses.

Graças a Deus isso foi levado depois para uma reunião com os oficiais da PM, da qual participei, juntamente com o Secretário da Segurança Pública, e os oficiais entenderam também que não era a proposta desejada, mas que pelo menos vinha a resolver o problema em parte. 10 milhões parcelados em 14 vezes, atinge do soldado ao coronel, ativos e inativos, inclusive pensionistas, que também era um assunto importantíssimo.

Representa mais ou menos 4% ao mês em média ao final das 14 parcelas, e haverá evidentemente equiparação do soldado de 1.^a classe ao investigador de 5.^a classe pela Polícia Civil. A equiparação do Coronel com o Delegado de 1.^a classe. Atende a base e o topo da corporação, atinge - repito - um efetivo de 22 mil pessoas entre ativos e inativos. E atinge a todos os pensionistas também. O Governo está dando retorno do escalonamento vertical, que é a base do cálculo do soldo da Polícia Militar. Esse escalonamento vertical, todos sabem foi retirado pelo Governo anterior. E também o Governo está recuperando parcialmente a gratificação especial.

Acho que com isso, Senhores Deputados, resolveremos em parte, um problema sério que enfrenta o Governo. Da mesma forma está o Governo também trabalhando no sentido de resolver a questão dos professores. Tenho certeza, Deputado José Tavares, que haveremos também de encontrar um caminho, uma solução pacífica, evitando também o desgaste político, o desgaste da categoria perante a opinião pública, encontrando uma solução, um meio para poder se encontrar evidentemente esta solução. A situação é difícil, ainda ontem medidas extremas foram tomadas pelo Governo Federal, que atinge Estado e Municípios, para com esforço do cidadão paranaense, com a participação ativa desta Casa - porque esta mensagem da Polícia Militar foi aceita também por quê? Porque tem o aval desta Casa, o aval que demos ontem, eu e o Deputado Anibal Khury, de que esta proposta poderia passar pelo crivo das corporações da Polícia Militar, se tivesse o aval da Assembléia Legislativa.

Então, na semana que vem, o Governo estará mandando à Assembléia, a mensagem dentro deste processo que foi proposto ontem às categorias da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Então, venho à tribuna neste momento, dizer da satisfação de ver que mais um passo demos no sentido de viabilizar e so-

lucionar em parte a situação salarial de uma parte, de uma corporação que presta um extraordinário serviço a sociedade paranaense, e que não poderia deixar de ter a sensibilidade do Governador Jaime Lerner. Ontem, nesta reunião histórica, neste momento histórico, quando o Governo se colocou diante dos oficiais, mostrando as dificuldades que enfrenta o Estado, mas assumindo, acima de tudo, o compromisso de responsabilidade, disse o Governador: "Poderia atender vocês naquilo que vocês pedem, que chega na ordem de quase 20 milhões de reais, mas não poderia comprometer-me em poder pagar o salário mensalmente. Atendendo em 10 milhões, assumo a responsabilidade com todo o sacrifício, imaginando e acreditando que a arrecadação do Estado venha a melhorar a partir do mês de abril, e há uma perspectiva de melhoria de arrecadação, e com isso poder cumprir com esse compromisso."

Era este o pronunciamento que gostaria de fazer nesta manhã, Senhor Presidente. Em primeiro lugar agradecendo a sua sensibilidade quando, ontem vim a esta Casa, durante a sessão plenária, pedir o seu apoio para que nos acompanhasse nesta discussão no Palácio, a sua presença a sua experiência, a sua cautela, e acima de tudo, a sua sinceridade perante o Governador, também foi de fundamental importância. E tenho certeza que, daqui a pouco, a Assembléia terá a presença de um grande número de coronéis, de oficiais, que virão aqui agradecer a Vossa Excelência e a esta Casa, pelo apoio que tem dado à nossa gloriosa Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agradeço, nobre Deputado Algaci Túlio, pela referência a minha pessoa, e quero dizer que a atuação do Deputado Algaci Túlio foi preponderante no acerto com a Polícia Militar, por parte do Governo do Estado.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto e lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso

distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 562/95, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que concede Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor José Carlos Gomes de Carvalho. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 017/96, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que institui o Programa de Incentivo de Emprego ao Menor Aprendiz. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. - **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 017/96.

O projeto retorna as comissões por 10 Sessões.

ITEM 03

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 001/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL DONATILLA CARON DOS ANJOS, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 03, de 26.02.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 01/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Donatilla Caron dos Anjos em Curitiba.

Da análise do referido projeto, e de acordo com a Lei 6994/78 que dita as normas para declaração de Utilidade Pública, nada foi encontrado que pudesse impedir sua tramitação por essa Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 17.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

ITEM 04

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 041/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA CULTURA CIGANA, com sede nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 08, de

05.03.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 41/96

P A P E C E P:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Preservação da Cultura Cigana em Curitiba.

Da análise do referido projeto, nada encontramos que pudesse impedir sua normal tramitação.

Somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

ITEM 05

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 045/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a MISSÃO DE AMPARO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 09, de 06.03.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 45/96

P A P E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Missão El-benezer de Amparo à Criança e ao Adolescente de Curitiba.

Analisando o aspecto legal, regimental e de técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

ITEM 06

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 115/96, de autoria do Poder Judiciário, que cria e desmembra Varas nas Comarcas de Curitiba, Maringá e Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 115/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criada na Comarca de Curitiba a 2.^a Vara da Infância e da Juventude.

Art. 2° - Ficam criados na Comarca de Curitiba, para a 2.^a Vara da Infância e da Juventude:

a) 1 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância final;

- b) 1 (um) cargo e Escrivão;
- c) 1 (um) cargo de Auxiliar de Cartório;
- d) 2 (dois) cargos de Oficial de Justiça;
- e) 3 (três) cargos de Comissário de Vigilância.

Art. 3º - Fica criada na Comarca de Curitiba, 1 (uma) Escrivania da Infância e da Juventude.

Art. 4º - Fica desmembrada da Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes de Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Cascavel, a Vara da Infância e da Juventude.

Art. 5º - Ficam criados na Comarca de Cascavel, para a Vara da Infância e da Juventude:

- a) 1 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância final;
- b) 1 (um) cargo de Auxiliar de Cartório;
- c) 2 (dois) cargos de Oficial de Justiça;
- d) 1 (um) cargo de Agente de Limpeza.

Art. 6º - Fica criada na Comarca de Cascavel 1 (uma) escrivania de Família, Registros Públicos, Acidentes de Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Art. 7º - Fica criado para a Vara de Família, Registros Públicos, Acidentes de Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial de Cascavel:

- a) 1 (um) cargo de Escrivão.

Art. 8º - Fica desmembrada da Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes de Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Foz do Iguaçu, a Vara da Infância e da Juventude.

Art. 9º - Ficam criados na Comarca de Foz do Iguaçu, para a Vara da Infância e da Juventude.

- a) 1 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância final;
- b) 1 (um) cargo de Auxiliar de Cartório;
- c) 2 (dois) cargos de Oficial de Justiça;
- d) 1 (um) cargo de Agente de Limpeza.

Art. 10º - Fica criada na Comarca de Foz do Iguaçu, 1 (uma) Escrivania de Família, Registros Públicos, Acidentes de Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Art. 11 - Ficam criados para a Vara de Família, Registros Públicos, Acidentes de Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial de Foz do Iguaçu:

- a) 1 (um) cargo de Escrivão;
- b) 1 (um) cargo de Assistente Social, nível 3.

Art. 12 - Fica desmembrada da 2ª Vara de Família e da Infância e da Juventude da Comarca de Londrina, a Vara da Infância e da Juventude.

Art. 13º - Ficam criados na Comarca de Londrina, para a Vara da Infância e da Juventude:

- a) 1 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância final;
- b) 1 (um) cargo de Escrivão;
- c) 1 (um) cargo de Auxiliar de Cartório;
- d) 2 (dois) cargos de Oficial de Justiça;
- e) 1 (um) cargo de Agente de Limpeza.

Art. 14 - Fica criada na Comarca de Londrina, 1 (uma) Escrivania da Infância e da Juventude.

Art. 15 - Fica desmembrada da 2ª Vara de Família e da Infância e da Juventude da Comarca de Maringá, a Vara da Infância e da Juventude.

Art. 16 - Ficam criados na Comarca de Maringá, para a Vara da Infância e da Juventude:

- a) 1 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância final;
- b) 1 (um) cargo de Escrivão;
- c) 1 (um) cargo de Auxiliar de Cartório;
- d) 2 (dois) cargos de Oficial de Justiça;
- e) 1 (um) cargo de Agente de Limpeza.

Art. 17 - Fica criada na Comarca de Maringá, 1 (uma) Escrivania da Infância e da Juventude.

Art. 18 - Fica desmembrada da 2ª Vara de Família e da Infância e da Juventude da Comarca de Ponta Grossa, a Vara da Infância e da Juventude.

Art. 19º - Ficam criados na Comarca de Ponta Grossa, para a Vara da Infância e da Juventude:

- a) 1 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância final;
- b) 1 (um) cargo de Escrivão;
- c) 1 (um) cargo de Auxiliar de Cartório;
- d) 2 (dois) cargos de Oficial de Justiça;

e) 1 (um) cargo de Agente de Limpeza.

Art. 20 - Fica criada na Comarca de Ponta Grossa, 1 (uma) Escrivania da Infância e da Juventude.

Art. 21 - Fica criada 1 (uma) Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios nas Comarcas de Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

Art. 22 - Ficam criados nas Comarcas de Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, para as Varas de Execuções Penais e Corregedorias dos Presídios:

a) 5 (cinco) cargos de Juiz de Direito de entrância final, sendo 1 (um) para cada Comarca;

b) 5 (cinco) cargos de Escrivão, sendo 1 (um) para cada Comarca;

c) 30 (trinta) cargos de Auxiliar de Cartório, sendo 6 (seis) para cada Comarca;

d) 10 (dez) cargos de Oficial de Justiça, sendo 2 (dois) para cada Comarca;

e) 5 (cinco) cargos de Agente de Limpeza, sendo 1 (um) para cada Comarca.

Art. 23 - Fica criada nas Comarcas de Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, a Escrivania de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios.

Art. 24 - A Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Londrina tem jurisdição nas seguintes Comarcas:

- I - Andirá;
- II - Apucarana;
- III - Arapongas;
- IV - Assaí;
- V - Bandeirantes;
- VI - Bela Vista do Paraíso;
- VII - Cambará;
- VIII - Cambé;
- IX - Carlópolis;
- X - Centenário do Sul;
- XI - Congonhinhas;
- XII - Cornélio Procopio;
- XIII - Faxinal;
- XIV - Grandes Rios;
- XV - Ibaiti;
- XVI - Ibiporã;
- XVII - Ivaiporã;
- XVIII - Jacarezinho;
- XIX - Jaguapitã;
- XX - Joaquim Távora;
- XXI - Londrina;
- XXII - Marilândia do Sul;
- XXIII - Nova Fátima;
- XXIV - Porecatu;
- XXV - Primeiro de Maio;
- XXVI - Ribeirão Claro;

XXVII - Ribeirão do Pinhal;

XXVIII - Rolândia;

XXIX - Santa Mariana;

XXX - Santo Antonio da Platina;

XXXI - São Jerônimo da Serra;

XXXII - Sertãoópolis;

XXXIII - Uraí.

Art. 25 - A Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Maringá tem jurisdição nas seguintes Comarcas:

I - Alto Paraná;

II - Alto Piquiri;

III - Altônia;

IV - Astorga;

V - Barbosa Ferraz;

VI - Campo Mourão;

VII - Cianorte;

VIII - Cidade Gaúcha;

IX - Colorado;

X - Cruzeiro do Oeste;

XI - Engenheiro Beltrão;

XII - Goioerê;

XIII - Guaíra;

XIV - Icaraima;

XV - Iporã;

XVI - Jandaia do Sul;

XVII - Loanda;

XVIII - Mamborê;

XIX - Mandaguai;

XX - Mandaguari;

XXI - Marialva;

XXII - Maringá;

XXIII - Nova Esperança;

XXIV - Nova Londrina;

XXV - Paraíso do Norte;

XXVI - Paranacity;

XXVII - Paranavaí;

XXVIII - Peabiru;

XXIX - Pérola;

XXX - Santa Isabel do Ivaí;

XXXI - São João do Ivaí;

XXXII - Terra Boa;

XXXIII - Terra Rica;

XXXIV - Terra Roxa;

XXXV - Umuarama;

XXXVI - Xambrê.

Art. 26 - A jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios das Comarcas de Cascavel, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa será fixada por lei, oportunamente.

Art. 27 - O art. 207, III e III "a", do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná passa a ter a seguinte redação:

Art. 207 - A prestação jurisdicional no Estado é exercida pelas seguintes autoridades judiciárias, seguindo a competência prevista neste código:

III - 177 (cento e setenta e sete) Juizes de Direito de entrância final, sen-

do:

a) 113 (cento e treze) titulares de Vara.

Art. 28 - O art. 210, 11.^a, 19.^a, 20.^a, 21.^a, 22.^a e 23.^a, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, passa a ter a seguinte redação:

11.^a) Comarca de Curitiba: 4.^a Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas, Varas da Infância e da Juventude e Vara de Precatórias Cíveis;

19.^a) Comarca de Londrina: Varas Criminais, 1.^a a 5.^a, Varas de Família e Anexos, Vara da Infância e da Juventude, Juizados Especiais, e Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios;

20.^a) Comarca de Maringá: Varas Cíveis, 1.^a a 6.^a e Varas de Família e Anexos, 1.^a e 2.^a;

21.^a) Comarca de Maringá: Varas Criminais, 1.^a a 4.^a, Vara da Infância e da Juventude, Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios;

22.^a) Comarca de Ponta Grossa: Varas Cíveis, 1.^a a 4.^a e Varas de Família e Anexos, 1.^a e 2.^a;

23.^a) Comarca de Ponta Grossa: Varas Criminais, 1.^a e 2.^a, Vara da Infância e da Juventude, Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios.

Art. 29 - Os artigos 219, V; 224, acrescido das alíneas "a", "b", "c", "d" e "e", 235, I, "c", "f", "h", "i"; 237, I, II, III, IV, V; 243, III, acrescido dos itens IV e V, e seu parágrafo único, I, "c", "d", "e", "f", "g", "h", acrescido das alíneas "i", "j", "k", "l" e "m"; 247, III, acrescido dos itens IV e V, e seu parágrafo único, I, "c", "d", "e", "f", "g", acrescido das alíneas "h", "i", "j", "k", "l", "m"; 254, III, acrescido dos itens IV e V, e seu parágrafo único, I, "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j" e "m", acrescido das alíneas "k", "n", "o", "p" e "q"; 255, III, acrescido dos itens IV e V, e seu parágrafo único, I, "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "l", acrescido das alíneas "k", "m", "n", "o" e "p"; 259, III, acrescido dos itens IV e V, e seu parágrafo único, I, "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", acrescido das alíneas "j", "k", "l", "m" e "n", passam a ter a seguinte redação:

Art. 219 - Na Comarca de Curitiba, a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

V - 2 (duas) Varas da Infância e da Juventude.

Art. 224 - Aos Juizes das Varas da Infância e da Juventude, 1.^a e 2.^a, compete exercer as atribuições definidas no Estatuto da Criança e do Adolescente,

competindo exclusivamente à 2.^a Vara:

a) conhecer de pedidos de colocação de criança e adolescente em família substituta e seus incidentes (art. 28 do ECA);

b) processar e julgar as inscrições, fazendo o respectivo registro de pessoas interessadas na adoção, e elaborar o registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotadas, na forma do estabelecido pelo art. 50, do ECA;

c) processar e julgar os pedidos de perda ou suspensão do pátrio poder (art. 155 do ECA);

d) proceder as colocações de criança e adolescente em família substituta, quando para tanto lhe for delegada a execução destas medidas, nos termos do disposto pelo § 2º, do art. 147, do ECA;

e) assessorar, através de equipe interprofissional, na forma do previsto pelo art. 151 do ECA, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção - CEJA.

Art. 235 - Haverá na Comarca de Curitiba:

I - ...

c) 2 (duas) Escrivanias da Infância e da Juventude;

f) 8 (oito) cargos de Comissários de Vigilância;

h) 168 (cento e sessenta e oito) Oficiais de Justiça;

i) 40 (quarenta) cargos de Auxiliares de Cartório.

Art. 237 - Será o seguinte o número de Juizes de Direito em cada uma das Comarcas de:

I - Londrina: 19 (dezenove) Juizes de Direito;

II - Maringá: 14 (quatorze) Juizes de Direito;

III - Ponta Grossa: 10 (dez) Juizes de Direito;

IV - Foz do Iguaçu: 9 (nove) Juizes de Direito;

V - Cascavel: 8 (oito) Juizes de Direito.

Art. 243 - Na Comarca de Cascavel, a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

III - 1 (uma) Vara de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

IV - 1 (uma) Vara da Infância e da Juventude;

V - 1 (uma) Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios.

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Cascavel, com atribuições definidas:

I - ...

c) 1 (uma) Escrivania da Infância e da Juventude;

d) 1 (uma) Escrivania de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e

Corregedoria do Foro Extrajudicial;

e) 1 (uma) Escrivania de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios;

f) 1 (um) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e Avaliador Judicial;

g) 2 (dois) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por 1 (um) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

h) 1 (um) Auxiliar de Cartório em cada Vara Criminal;

i) 1 (um) Auxiliar de Cartório da Vara da Infância e da Juventude;

j) 6 (seis) Auxiliares de Cartório da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios;

k) 1 (um) Comissário de Vigilância da Vara da Infância e da Juventude;

l) 1 (um) Assistente Social da Vara da Infância e da Juventude;

m) 1 (um) Assistente Social da Vara de Família, Registros Públicos, Acidentes de Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Art. 247 - Na Comarca de Foz do Iguaçu, a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

III - 1 (uma) Vara de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

IV - 1 (uma) Vara da Infância e da Juventude;

V - 1 (uma) Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios.

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Foz do Iguaçu, com atribuições definidas:

c) 1 (uma) Escrivania da Infância e da Juventude;

d) 1 (uma) Escrivania de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

e) 1 (uma) Escrivania de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios;

f) 1 (um) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e Avaliador Judicial;

g) 2 (dois) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito do Fórum, exercerá por 1 (um) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

h) 1 (um) Auxiliar de Cartório em cada Vara Criminal;

i) 1 (um) Auxiliar de Cartório da Vara da Infância e da Juventude;

j) 6 (seis) Auxiliares de Cartório da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios;

k) 1 (um) Comissário de Vigilância da Vara da Infância e da Juventude;

l) 1 (um) Assistente Social da Vara da

Infância e da Juventude;

m) 1 (um) Assistente Social da Vara de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Art. 254 - Na Comarca de Londrina a prestação jurisdicional será definida por Juizes de:

III - 2 (duas) Varas de Família com igual competência por distribuição, competindo, à primeira, também, a matéria referente a Registros Públicos, Corregedoria do Foro Extrajudicial e Juizado Especial e à segunda, a matéria referente a Acidentes do Trabalho;

IV - 1 (uma) Vara da Infância e da Juventude;

V - 1 (uma) Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios.

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Londrina, com atribuições definidas:

I - ...

c) 1 (uma) Escrivania de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios;

d) 1 (uma) Escrivania de Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

e) 1 (uma) Escrivania de Família e Acidentes do Trabalho;

f) 1 (uma) Escrivania da Infância e da Juventude;

g) 1 (um) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor e Depositário Público;

h) 2 (dois) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por 01 (um) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

i) 10 (dez) Auxiliares de Cartório das Varas Criminais;

j) 6 (seis) Auxiliares de Cartório da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios;

k) 1 (um) Auxiliar de Cartório da Vara da Infância e da Juventude;

l) 1 (um) Auxiliar de Cartório do Juizado Especial;

m) 1 (um) Auxiliar de Cartório da Diretoria do Fórum;

n) 2 (dois) Comissários de Vigilância da Vara da Infância e da Juventude;

o) 2 (dois) Assistentes Sociais das Varas de Família, um para cada Vara;

p) 1 (um) Assistente Social da Vara da Infância e da Juventude;

q) 2 (dois) Ofícios de Avaliador Judicial.

Art. 255 - Na Comarca de Maringá a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

III - 2 (duas) Varas de Família, com igual competência por distribuição, competindo à primeira, também, a matéria referente a Registros Públicos, Corregedoria

do Foro Extrajudicial e Juizado Especial e à segunda, a matéria referente a Acidentes do Trabalho;

IV - 1 (uma) Vara da Infância e da Juventude;

V - 1 (uma) Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios.

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Maringá, com atribuições definidas:

I - ...

c) 1 (uma) Escrivania de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios;

d) 1 (uma) Escrivania de Família, Registros Públicos, Corregedoria do Foro Extrajudicial e Juizado Especial;

e) 1 (uma) Escrivania de Família e Acidentes do Trabalho;

f) 1 (uma) Escrivania de Infância e da Juventude;

g) 1 (um) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor e Depositário Público;

h) 2 (dois) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por 01 (um) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se rigoroso rodízio;

i) 8 (oito) Auxiliares de Cartório das Varas Criminais;

j) 6 (seis) Auxiliares de Cartório da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios;

k) 1 (um) Auxiliar de Cartório da Vara da Infância e da Juventude;

l) 1 (um) Auxiliar de Cartório do Juizado Especial;

m) 2 (dois) Comissários de Vigilância da Vara da Infância (dois) Comissários de Vigilância da Vara da Infância e da Juventude;

n) 2 (dois) Assistentes Sociais das Varas de Família, uma para cada Vara;

o) 1 (um) Assistente Social da Vara da Infância e da Juventude;

p) 2 (dois) Ofícios de Avaliador Judicial.

Art. 259 - Na Comarca de Ponta Grossa a prestação jurisdicional será efetivamente por Juizes de:

III - 2 (duas) Varas de Família com igual competência por distribuição competindo, à primeira, também, a matéria referente a Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial e, à segunda, a matéria referente a Acidentes do Trabalho;

IV - 1 (uma) Vara da Infância e da Juventude;

V - 1 (uma) Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios.

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Ponta Grossa, com atribuições definidas:

I - ...

c) 1 (uma) Escrivania de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios;

d) 1 (uma) Escrivania de Família, Re-

gistros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

e) 1 (uma) Escrivania de Família e Acidentes do Trabalho;

f) 1 (uma) Escrivania da Infância e da Juventude;

g) 1 (um) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e Avaliador Judicial;

h) 2 (dois) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por 01 (um) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

i) 4 (quatro) Auxiliares de Cartório das Varas Criminais;

j) 6 (seis) Auxiliares de Cartório da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios;

k) 1 (um) Auxiliar de Cartório da Vara da Infância e da Juventude;

l) 2 (dois) Comissários de Vigilância da Vara da Infância e da Juventude;

m) 2 (dois) Assistentes Sociais das Varas de Família, uma para cada Vara;

n) 1 (um) Assistente Social para a Vara da Infância e da Juventude.

Art. 30 - As Varas desmembradas e as Varas criadas por esta lei serão instaladas a critério do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

Art. 31 - As despesas decorrentes da criação das Varas e dos cargos previstos nesta lei, correrão por conta da dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Art. 32 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.02.96.

(a) PODER JUDICIÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Nas Comarcas de entrância final do interior do Estado, a Vara que cuida dos procedimentos relativos a crianças e adolescentes é a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, na qual também é exercida a atividade administrativa requisitada pelas incontáveis ocorrências de que participam os menores não infratores.

A complexidade da matéria e a relevância da temática dos menores nos dias atuais reclamam, pode-se dizer, dedicação exclusiva da autoridade judiciária.

Foz do Iguaçu, pela situação geográfica e pela projeção turística, recebe, diariamente e com maior incidência em determinadas épocas do ano, população flutuante considerável. Atraídos pelo fluxo de tu-

ristas, marginais de toda a espécie, notadamente os que se dedicam aos crimes patrimoniais e ao tráfico de entorpecentes, instalam-se na cidade. A eles, e por influência dos mesmos, se ajunta e progride a delinquência infantil.

O quadro de atividades procedimentais do Juízo, congestionado, requer solução imediata, visto que a progressão alarmante da delinquência na cidade, noticiada pela imprensa, com maior ênfase para os menores, está a exigir tratamento especializado.

Desse modo, revela-se oportuna e adequada a proposta para que seja criada uma Vara especializada e privativa da Infância e da Juventude, desmembrada da atual Vara de Família e Anexos.

O mesmo ocorre com a Comarca de Londrina, a mais importante cidade do interior, Maringá e Ponta Grossa. A situação é a mesma, quer no tocante a estrutura judiciária, quer com relação aos aspectos de ordem administrativa e referentes à delinquência da juventude.

Em Curitiba, se faz necessária a criação de mais de uma Vara da Infância e da Juventude, porquanto a única existente não suporta a demanda que hoje se apresenta.

A meta visada com a criação desta Vara é o incremento da colocação de criança e adolescente em lares substitutos e o desenvolvimento de programas de conscientização de famílias para receberem crianças em adoção.

O velho Juizado da Infância e Juventude de Curitiba, um dos mais antigos do País, já não mais suporta a avalanche de processos que lhe são encaminhados e, entretanto, famílias, já aprovadas e desejosas de acolher criança abandonada em seu seio, aguardam com natural impaciência o deslinde de processos de abandono, por meses e anos.

Além de sua competência normal, se atribuiria a esta Vara a incumbência de receber as delegações de poderes a que se refere o parágrafo segundo do art. 147, do ECA, para proceder a colocação em família substituta de crianças aqui abrigadas e provenientes das diferentes comarcas do interior do Estado, onde a falta de estrutura e pessoal especializado estivesse a impedir a aplicação da medida de proteção a que se refere o item VIII, do artigo 101, do referido Estatuto da Criança e do Adolescente.

Aproveitando-se a experiência acumulada pelos técnicos, altamente especializados e treinados, que já cuidam em Curitiba das medidas de colocação de menores em lares substitutos, seria possível incrementar programas para despertar vocações adormecidas de possíveis pais adotivos brasileiros.

Com tal competência e dimensão jurisdicional, esta Vara desafogaria os Juízes não especializados do interior do Estado que, sem o apoio de um corpo técnico treinado, hesita em lançar mão da medida de colocação de crianças e adolescentes em lares substitutos e, com segurança, multiplicaria os casos de adoção, tutela, curatela e guarda, com evidentiíssimas vantagens aos menores assim amparados e ao aparelho estatal que cuida do albergamento de crianças.

Estabelece o parágrafo único do art. 101 do ECA que "o abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade". Com a criação dessa Vara especializada em Curitiba, será possível concretizar esta vontade abstrata da lei e evitar que se transformem nossos abrigos em depósitos de crianças, ineficientes e dispendiosos.

Relativamente às Varas de Execuções Penais em Comarcas do interior do Estado, leva-se, em conta, que a execução da pena, após a reforma penal de 1984 e a vigência da Lei de Execução Penal, obedece a um processo judicializante e teve, como inovações fundamentais, a individualização e os regimes progressivos de cumprimento da pena corporal.

Além das penas privativas de liberdade e a pecuniária, as restritivas de direito são autônomas, em alguns casos, substitutivas ou servem como condição para a concessão de benefícios ao apenado.

Para as penas a serem cumpridas em regime fechado e semi-aberto, os estabelecimentos penais deverão ser dotados de condições destinadas à perfeita individualização da repressão, obedecendo-se a critérios exigidos pelo moderno Direito Penitenciário, adequados à Lei de Execução Penal e observadas as normas indicadas na Resolução nº 08, de 12/07/94, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

No Paraná, a Capital do Estado é dotada de estabelecimentos penitenciários que oferecem as condições a orientar e execução, visando a ressocialização do preso e do internado.

No interior do Estado, somente Londrina possui uma penitenciária, prescindindo, porém, de Colônia Agrícola.

O processo de execução, na forma da Lei de Organização e Divisão Judiciárias, é de competência, em toda a jurisdição do Estado, das duas Varas de Execuções Penais da Comarca de Curitiba, excluindo-se, delas, através de Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, as penas em regime aberto, as restritivas de direito, a suspensão condicional e a pena pecuniária.

ria.

As penas a serem cumpridas em Penitenciária ou em Colônia Penal têm, hoje, o processo de execução pelas Varas de Execuções Penais da Capital.

Urge a descentralização dessas Varas de molde que, em cada Comarca onde existem estabelecimentos penitenciários, se instale uma Vara de Execuções.

A Comarca de Londrina, com abrangência jurisdicional na região, para efeito de cumprimento e execução de penas, é uma delas.

A Comarca de Maringá terá, brevemente, estabelecimento penitenciário com a mesma finalidade do de Londrina.

Portanto, nessas duas Comarcas, com abrangência em todo o Norte do Estado, a criação e instalação de Varas de Execução Penal se fazem necessárias, com urgência.

Nas outras Comarcas do interior do Estado, abrangidas por esta lei, Cascavel, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa, depois de criadas, a instalação delas ocorrerá quando deliberar o Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

Por certo, a criação dessas Varas beneficiará, tanto o preso que não se deslocará das proximidades do lugar de sua residência e de sua família, como seu advogado que terá maior facilidade para o acompanhamento do respectivo processo de execução.

Ademais, amenizará o enorme volume de serviço existente nas Varas Especializadas da Capital, onde registra-se mais de 84.000 processos, estando, atualmente, em andamento, mais de 15.000 em cada uma das Varas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 115/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Judiciário, tem por objetivo criar e desmembrar Varas nas Comarcas de Curitiba, Maringá e Ponta Grossa.

Analisando sob o aspecto regimental, legal e constitucional, esta Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

A Mesa retifica não é Lei Complementar. Na próxima Ordem do Dia será corrigido. **Aprovado.**

O SR. JOSÉ TAVARES - Vossa Excelência permite fazer um rápido comentário a respeito desta matéria que a Casa acaba de

aprovar em 1.^a Discussão?

Senhor Presidente, Nobres colegas. Apenas para registrar que, nesta manhã de quinta-feira, esta Casa sob a Presidência de Vossa Excelência, está dando ao Paraná uma extraordinária contribuição, no exercício das atribuições que nos são conferidas como representantes do povo ao Poder Judiciário do Paraná. Estamos, ao aprovar em 1.^a Discussão esta matéria dotando o Paraná de um instrumento eficaz, moderno, ágil de distribuição da Justiça. Primeiro, estamos descentralizando as Varas de Execuções Penais que, atualmente são apenas duas, com Jurisdição em todo o Estado, com todos os seus problemas as suas implicações e as suas consequências. Segundo, porque estamos também descentralizando a Vara da Infância e da Juventude. São dois dos mais sérios e graves problemas que o país enfrenta. De um lado o problema do preso; o problema das prisões. Do outro lado, o problema do menor e do adolescente. E, esta Casa, sensível a estas questões vem se preocupando, discutindo, vem se debruçando em cima dessas matérias. E, finalmente numa Sessão de quinta-feira estamos tendo a oportunidade de ver aprovado essas importantes matérias oriundas do Poder Judiciário.

Portanto, quero cumprimentar a Casa na pessoa de Vossa Excelência; quero também cumprimentar a Comissão de Justiça na pessoa do Deputado Joel Coimbra, e quero sobretudo, cumprimentar o Poder Judiciário na pessoa do Presidente Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento que, ao encaminhar a esta Casa este importante projeto, está demonstrando a sua alta sensibilidade para problemas sérios, preocupantes, como os problemas relacionados à execução da pena, ao problema da superlotação dos presídios, ao problema das injustiças existentes nas prisões do Paraná e ao problema do menor e do adolescente.

Com isso mais uma vez a Assembléia do Paraná se une ao Judiciário e dota o Estado de instrumentos modernos, eficazes de descentralização e de distribuição de uma justiça que tem que ser célere mas que tem que ser sobretudo barata e acima de tudo, justa e é exatamente o que a Casa faz a partir da aprovação desta manhã de quinta-feira, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento nº 1053, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente de sessão anterior. **Em Votação.** Há uma retificação.

A Mesa vai transmitir o requerimento mas não na forma de parecer, solicitando informações.

Os Deputados que aprovam conservem-se

como estão. **Aprovado.**

Requerimento n° 1058, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento n° 1066, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1067 e 1070, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1068, 1069 e 1073, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1071, 1072, 1074, 1076 e 1077, de autoria do Senhor Deputado Albanor Gomes, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1075, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1078, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerra a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira à hora regimental.

O SR. ANGELO VANHONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só queria fazer um pedido de esclarecimento ao Deputado Algaci Túlio, porque a mensagem dos professores está para chegar à Assembléia Legislativa.

Pelas informações que temos e pelo que foi fornecido pela Secretaria da Educação aos professores, há alguns problemas em relação à tabela apresentada. No entanto, ontem em conversa com o Deputado Trevisan, que teve uma reunião com o Secretário da Casa Civil, Giovanni Gionedes, segundo o Trevisan, o Secretário da Casa Civil, garante que aquilo que a Secretaria da Educação apresentou e a interpretação dos números e da tabela, da forma como está, apresentada pela Secretaria da Educação, não é verdadeiro. Há modificações a serem feitas. Em conversa com o Presidente da APP, se a notícia dada pelo Deputado Eduardo Trevisan e as informações trazidas pelo Secretário, acho que há um avanço significativo e é a base para daí, se fazer um acordo com os professores da rede estadual. Vossa Excelência tem notícias a esse respeito?

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente posso fazer uma questão de ordem para responder ao Deputado Angelo Vanhoni?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pode.

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado, Presidente.

Na verdade, Deputado Vanhoni, também estamos tratando deste assunto com bastante cuidado, na Casa Civil, que, diga-se de passagem, com todo respeito a quem por lá passou, hoje a Casa Civil tem tido uma tarefa importantíssima dentro desse governo. O Secretário Giovanni Gionedes, bastante sensível e conhecedor profundo das matérias e tem discutido bastante com os Deputados.

Pedi ao Deputado Eduardo Trevisan até em função de uma série de compromissos que estou tendo para que ele comunicasse, realmente, ao Mário Sérgio da APP que estamos revendo aquela tabela. Reconhecemos que houve um erro - não por má fé, mas um erro técnico dentro da tabela que provocou até uma discussão bastante acalorada, anteontem, quando estudávamos esta questão dos professores. E reconhecemos que houve este erro e por isso está se refazendo a tabela. A diferença fica quase em torno de 4 milhões de reais. A princípio estava previsto 8 milhões, ela vai atingir quase 13 milhões e 600 mil reais esta diferença.

Da mesma forma que chegamos a um entendimento com a PM está se avançando, violentamente, para chegarmos a um entendimento com a classe dos professores.

Por isso quero tranquilizar V.Exa. e ontem comunicava este fato ao Mário Sérgio de que ficasse tranquilo. Não vamos atropelar a Mensagem para a Assembléia. E este Governo tem sido e dado mostra de que é muito democrático e posso garantir a Vossas Excelências e aos Senhores Parlamentares, que a Mensagem quando vier para esta Casa na semana que vem, já virá dentro de um atendimento com a APP - Sindicato, com as outras categorias que dão sustentação aos professores. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 22 de abril à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s. 001, 041, 045 e 115/96.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s. 006, 007 e 010/96.

Levanta-se a sessão.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 078/96

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Nos termos do art. 74 e seguintes da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná), constituir **COMISSÃO DE PROMOÇÃO**, integrada pelo Sr Diretor Geral, Abib Miguel, pela Diretora de Pessoal, sra. Cinthia Beatriz Fernandes Luiz Molinari, secretariada por Luiz Carlos Molinari e assistida pelo Sr Procurador Geral, Dr Ayrton Costa Loyola e por Esvérben Guimarães Plaisant, este como Representante da Cabenfale, para, sob a Presidência do primeiro, apurar pontuações por carreiras e níveis dos funcionários do Poder Legislativo Estadual, em condições de concorrer, por merecimento e antiguidade, às promoções no Quadro de Pessoal da Secretaria, apuração a ser procedida com base na pontuação apurada pela Comissão de Promoção constituída pela **RESOLUÇÃO Nº 57/84**, concedido um prazo de 60 (sessenta) dias, após sua instalação, para que os interessados forneçam elementos subsidiários que possam contribuir para uma criteriosa apuração de direitos, considerando o fato do sinistro que atingiu o Prédio da Administração haver consumido com quase a totalidade dos assentamentos funcionais, ficando estabelecido um prazo de 120 (cento e vinte) dias, após a instalação da Comissão, para a conclusão dos encargos e apresentação do resultado apurado.

PUBLIQUE-SE e COMPRA-SE!

Curitiba, 11 de abril de 1996

Deputado ANIBAL KHURY
Presidente

Deputado LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário

Deputado Nelson Garcia
2º Secretário